

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA
OBJETIVA E DO ESPELHO DA PROVA DE SENTENÇA**

O NÚCLEO DE APOIO ÀS COMARCAS – NACOM, por meio de sua unidade de estágio supervisionado EQUIPE DE APOIO E PRÁTICA JURÍDICA – EAPJ, RESOLVE:

Tornar público o GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E O ESPELHO DA PROVA DE SENTENÇA – 1ª fase do processo seletivo, bem como o padrão de resposta da prova de sentença, de acordo com o Edital de Abertura de Inscrições – EDITAL Nº 02/2019 – PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DO NACOM.

MARCELO LAURITO PARO

Magistrado Coordenador da Equipe de Apoio e Prática Jurídica, - (EAPJ)
Coordenador Substituto do Núcleo de Apoio às Comarcas – NACOM

Portaria nº 408/2019 – DJe nº 4447

GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

ESPELHO DE RESPOSTA DA PROVA DE SENTENÇA

- 1) Estruturar a sentença com relatório, fundamentação e dispositivo: **1,0**
- 2) Deferir o pedido de julgamento antecipado (art. 355, II, CPC): **1,0**
- 3) Decretar a revelia (art. 20, Lei 9.099/95): **1,0**
- 4) Fundamentar que o ônus de comprovar a quitação dos débitos cabe ao devedor: **1,0**
- 5) Condenar a parte requerida ao pagamento da dívida: **0,5**
- 6) Determinar a aplicação dos juros e correção monetária (art. 397, CC e Súmula 43 do STJ): **0,5**

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DE SENTENÇA

“SENTENÇA”

I – RELATÓRIO

Em que pese à dispensa do relatório (art. 38, caput da Lei nº. 9.099/95), trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA** movida por **PAPELARIA LTDA ME** em face de **COPIADORA LTDA EPP**, qualificadas nos autos.

Narra a parte autora, em síntese, ser credora da requerida na importância original de R\$ 1.000,00 (mil reais) referente à compra de papel sulfite A4, representada na nota fiscal nº 001 emitida em 10/01/2019, acompanhada da respectiva duplicata (boleto) com vencimento para 10/02/2019.

Em razão da inadimplência da empresa demandada, expõe seu direito e requer:

1. A condenação da parte requerida ao pagamento da dívida corrigida, no valor de R\$ 1.023,09 (mil e vinte e três reais e nove centavos).

Com a inicial, vieram os documentos dos quais destaco: nota fiscal e boleto.

Citado, o requerido não apresentou contestação.

A audiência de conciliação restou infrutífera pela ausência da requerida, oportunidade que a parte autora pugnou pela pena de confissão e revelia em face do requerido, bem como pelo julgamento antecipado da lide.

É o relato necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Passo ao julgamento antecipado do pedido, nos termos do artigo 355, inciso II do Código de Processo Civil, uma vez que não há controvérsia de fato a ser comprovada pelo autor em razão da inércia do requerido.

1. Providência Saneadora

De início, observo que a parte requerida, embora devidamente citada, não compareceu à audiência de conciliação designada, **razão pela qual decreto a revelia**, nos termos dos art. 20 da Lei nº. 9.099/95.

Ausentes preliminares e prejudiciais, passo ao exame do mérito.

2. Mérito

A ação de cobrança é a via adequada para pleitear recebimento de crédito representado por prova escrita.

A requerente atua no ramo de comércio de papel e alega a inadimplência da parte requerida, fundada em nota fiscal da aquisição de produtos, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

É cediço que, consoante descreve a norma do artigo 319 do Código Civil, o credor tem o dever de dar quitação regular ao devedor que efetua o pagamento, tal dispositivo não foi inserido por acaso, pois é instrumento substancial para que se comprove a extinção da obrigação.

Nessa toada, submete-se o ônus de provar a quitação dos débitos o devedor, ora demandado, na forma do inciso II, artigo 373 do Código de Processo Civil.

A propósito, colha-se o seguinte julgado:

AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA E LIMPEZA URBANA. FEITO JULGADO IMPROCEDENTE NA ORIGEM. DOCUMENTOS, CONTUDO, QUE NÃO COMPROVAM A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO. DÉBITO, PORÉM, CONTRAÍDO JUNTO À CONCESSIONÁRIA. COMPROVANTES DE PAGAMENTO RELATIVOS A MESES DIVERSOS DAQUELES CORRESPONDENTES À DÍVIDA. ÔNUS QUE COMPETIA À RÉ. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO PROVIDO. **A prova do pagamento é ônus do devedor, seja porque consubstancia fato extintivo**

do direito do autor [...], seja em razão de comezinha regra de direito das obrigações, segundo a qual cabe ao devedor provar o pagamento, podendo até mesmo haver recusa ao adimplemento da obrigação à falta de quitação oferecida pelo credor (STJ, Min. Luis Felipe Salomão). (TJ-SC - AC: 03041424020178240064 Capital - Continente 0304142-40.2017.8.24.0064, Relator: Pedro Manoel Abreu, Data de Julgamento: 23/07/2019, Primeira Câmara de Direito Público) (grifo não original).

Conforme se extrai dos autos, a parte autora trouxe provas da existência do débito contraído pela ré, desincumbindo-se do ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito (art. 373, I do CPC).

Por outro lado, a demandada não apresentou fatos impeditivos, modificativos e extintivos, assim, a ação de cobrança de valores representados por duplicata acompanhada da respectiva nota fiscal, diante da revelia e da ausência de provas que infirmem as alegações do autor, deve ser acolhida.

Em reforço:

Apelação cível. Ação de cobrança. Protesto de título. Revelia Prova. **Incumbe ao credor a prova da dívida, que se presume da revelia. Demonstrado o recebimento do produto discriminado na nota fiscal respectiva, justifica-se, com isso, a procedência da ação de cobrança.** Apelação cível a que se dá provimento. (TJ-RS - AC: 70080314487 RS, Relator: Carlos Cini Marchionatti, Data de Julgamento: 27/03/2019, Vigésima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/04/2019) (grifo não original).

Incontrovertida a obrigação de pagamento da parte demandada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), representados na nota fiscal nº. 001, os juros moratórios devem incidir desde o vencimento do boleto correspondente, nos termos do art. 397 do Código Civil:

Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

De acordo com a Súmula 43 do colendo Superior Tribunal de Justiça a correção monetária, também no ilícito contratual, incide a partir da data do efetivo prejuízo (quando o pagamento deveria ter sido feito pela devedora e não o foi, no caso, o vencimento do boleto).

Tratando-se de dívida líquida e certa os juros de mora e a correção monetária incidem a partir da data do vencimento da duplicata (boleto).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO** o pedido inicial deduzido na presente ação o que faço com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e, por conseguinte:

1. **CONDENO** a parte requerida ao pagamento de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** em favor da parte autora, valor este que será corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e acrescido de juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês desde 10/02/2019.

Sem custas e sem honorários nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Intimem-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos.

Palmas-TO, data certificada no sistema.

NOME DO JUIZ

Juiz de Direito